

24 JUL 1986

# Reduzir o consumo ou aumentar receitas

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia - Brasil

O novo pacote do governo acabou sendo conhecido mesmo antes de divulgado, não prevalecendo assim, desta feita, a discrição que presidiu à decretação do Plano Cruzado. É possível que a indiscrição tenha sido proposital, para que se pudesse saber como se receberiam as novas determinações. As repercussões políticas serão certamente negativas, ainda que se espere, de uma administração democrática, a adoção de medidas que levem em conta apenas o interesse, a longo prazo, do País. Todavia, consoante informações que vieram a público, cumpre analisar um aspecto muito importante da questão, que não nos parece tenha sido questionado: trata-se realmente de um conjunto de providências suscetível de controlar uma demanda aquecida (fato que o governo só agora teve a coragem de reconhecer) ou caber-lhe-á apenas robustecer os recursos governamentais, com vistas à redução de um déficit que nunca se chegou a reconhecer oficialmente? O que leva, necessariamente, a outra pergunta: propiciará, tal pacote, um aumento da poupança ou simplesmente uma transferência de recursos de um setor para outro?

A redução da demanda, alvo das novas medidas, visa essencialmente áreas que estão longe de enquadrar-

se naquilo que se poderia qualificar de consumo de massa: o setor automobilístico e suas consequências sobre o consumo de combustíveis e o turismo que se dirige ao Exterior. Na realidade, portanto, uma parcela muito restrita da população será atingida.

Cumpre tomar consciência de que a produção de carros de passeio está muito aquém do nível razoável para uma população que obteve uma ampliação dos seus rendimentos. A demanda cresceu, além disso, por força de um congelamento que torna o preço dos automóveis inferior ao seu custo normal. Por essa razão, houve quem concordasse em pagar ágio, na certeza de que, mesmo assim, fazia um bom negócio. Não será através da estatização do ágio que se conseguirá estimular os produtores a ampliar sua capacidade de produção. A situação do mercado somente poderá estimular tal extorsão, sem grandes efeitos sobre a demanda.

O consumo de gasolina e álcool não deverá decrescer substancialmente, desde que se leve em conta que, num país no qual não existem transportes públicos adequados, o automóvel é, essencialmente, um instrumento de trabalho. Os que o usam pouco, a depender do sistema

que vier a ser aprovado para o empréstimo compulsório (escrevemos este comentário antes de conhecer os pormenores do pacote), poderão até achar que o camuflado imposto é relativamente leve; os outros terão de gastar mais para poder continuar trabalhando.

Se o governo pretendia, realmente, conter um excesso da demanda, cumprir-lhe-ia adotar medidas que viessem a atingir uma maior parte da população e, notadamente, recorrer a uma providência que Brasília, por razões políticas, parece ter afastado: um aumento do Imposto de Renda retido na fonte. Tal gravame não reduziria a renda real (uma vez que a conta poupança neste exercício deverá ser paga no próximo) mas neutralizaria em parte, seguramente, o aumento de renda disponível que acompanhou o reajuste salarial global do Plano Cruzado.

Na realidade, tudo indica que a administração tem uma única preocupação: a de fortalecer suas receitas, para atenuar um déficit que nos parece realmente perigoso, mas que deveria ter sido contido inicialmente mediante diminuição dos gastos. Todavia, ainda que se reconheça que o déficit deve ser reduzido por todos os meios, merece alerta o fato de que,

com as medidas propostas, o governo apenas está agravando seu endividamento interno, ao adiar, por um período de três anos, um pesado financiamento dessa dívida.

Poder-se-á alegar que outras medidas estimulam uma verdadeira poupança, ao favorecer as aplicações de longo prazo. A intenção é louvável, devendo-se observar, porém, que as providências fiscais propostas poderão não atingir seu objetivo. Com efeito, aplicações de longo prazo não dependem apenas de um estímulo fiscal mas, antes, da confiança que se possa ter na estabilidade das regras do jogo, certamente não favorecida pela publicação sucessiva de novos pacotes.

Há que acrescentar que, com os empréstimos compulsórios, o governo irá criar novos papéis financeiros, que poderão ser negociados num mercado paralelo que escapará da tributação, podendo provocar sérias distorções no mercado financeiro oficial.

Poder-se-ia pensar que Brasília, mais uma vez, dá prova de grande coragem ao impor um pacote pouco popular. No entanto, convencidos estamos de que se reconhecerá mais coragem ao governo que se dispuser a reduzir as suas despesas, em vez de aumentar os impostos.